SOS CORPO
Instituto Feminista para a Democracia

Reflexões interseccionais e decoloniais à luz do feminismo negro sobre a violência contra as mulheres no contexto de crise econômica e pandêmica: *desafios teóricos políticos para o Serviço Social*

Mércia Maria Alves da Silva

Texto originalmente publicado no I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais, evento online realizado de 15 a 18 de dezembro de 2020. O artigo foi apresentado no Grupo de Trabalho 11 - Diálogos plurais sobre feminismos, gênero, raça, sexualidade e classe social. O título da publicação é “Reflexões interseccionais e decoloniais à luz do feminismo negro sobre a violência contra as mulheres no contexto de crise econômica e pandêmica: desafios teóricos políticos para o Serviço Social”, de autoria de Mércia Maria Alves da Silva.

Anais eletrônicos do I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais
ISBN da publicação original: 978-65-87312-05-7

Intersectional and decolonial reflections in the light of black feminism on violence against women in the context of economic and pandemic crisis: theoretical political challenges for Social Work.

Sobre a autora

Mércia Alves, Assistente Social, integra o coletivo político profissional SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; militante feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Articulação de Mulheres Brasileiras, e da Rede de Mulheres Negras de PE; compõe a atual gestão do CRESS-PE “Onde queres silêncio, somos resistência”; é doutoranda do PPGSS-UFPE.

Reflexões interseccionais e decoloniais à luz do feminismo negro sobre a violência contra as mulheres no contexto de crise econômica e pandêmica: desafios teóricos políticos para o Serviço Social

Resumo

O presente artigo busca refletir, tendo por base os dados nacionais sobre violência sexista, produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2020), sobre os impactos nas condições de vida das mulheres, e de forma particular nas mulheres negras, no contexto da pandemia em razão das medidas de isolamento social como ação preventiva ao Covid-19. Tomando por referência essa expressão fenomênica da violência como indicativo e tendência da estrutura social, assentada numa base material e em suas dimensões ídeo-políticas, no sistema patriarcal, colonial e racista, que tem na violência contra mulheres um dos seus mecanismos de controle, dominação e subjugação aliada aos elementos de classe e racial que analisamos as assimetrias e hierarquias de gênero e raça presente na sociedade multirracial brasileira em tempos atuais.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres negras – racismo – sexismo.

Abstract

This article seeks to reflect, based on national data on sexist violence, produced by the Brazilian Forum on Public Security - FBSP (2020), on the impacts on women's living conditions, and particularly on black women, in the context of pandemic due to social isolation measures as a preventive action to Covid-19. Taking this phenomenal expression of violence as a reference and trend of the social structure, based on a material basis and in its ideo-political dimensions, in the patriarchal, colonial and racist system, which has violence against women as one of its mechanisms of control, domination and subjugation allied to the elements of class and racial that we analyze the asymmetries and hierarchies of gender and race present in the Brazilian multiracial society in current times.

Keywords: Violence against black women - racism - sexism.

Introdução

“ Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra”.

Lélia Gonzalez[3].

Iniciamos as reflexões neste trabalho nos inspirando nas contribuições da filósofa, antropóloga, professora universitária e ativista dos movimentos negro e feminista Lélia Gonzalez, que com sua vasta obra acerca do racismo e do sexismo como constitutivos da formação sócio-histórica brasileira nos auxilia a pensar como as expressões da violência racial atinge a população negra em sua totalidade, mas de forma particular as mulheres negras por sua objetificação, denegação, como expressão de um sistema colonial-patriarcal – racista e sexista que domina, explora e subordina as mulheres negras.

As reflexões de Lélia Gonzalez são profundamente atuais, toda sua elaboração nos anos de 1970 até os anos de 1990, quando veio a falecer vítima de infarto em 1994. E, toda sua obra teve por referência a desconstrução do mito da democracia racial, a violência ético –racial e sexual que marcaram a formação social dos países na América Latina, o que resultou no apagamento da histórica de indígenas e da população negra. Por isso, cunhou o termo, categoria política, amefricanidade, ou Améfrica Ladina, como reafirmação política e expressão da representação ideológica da branquitude que nega, como sujeitos da história negros e negras e população indígena. Essa dominação, calcada no sistema escravista-patriarcal brasileiro se reproduziu a partir da violência racial e sexual, e assume novos contornos, continuidade e permanências, que revelam as assimetrias e hierarquias de gênero e raça presente na sociedade multirracial brasileira.

Soma-se as expressões do racismo o recrudescimento conservador que está assentado no ódio aos diferentes e aos corpos políticos dissonantes à hegemonia patriarcal e estética branca. Vivemos tempos de profusão de ideias irracionais, sob a proteção e aval da ação estatal que culmina na intensificação do racismo estrutural e numa necropolítica[4] de estado que tinge a população negra, de mulheres, LGBTQ+, de jovens, indígenas, dentre outros, que revelam a descartabilidade desses corpos, em números e na vivência concreta, expressa em números da violência sob os territórios. E, que se agravam num contexto de crise econômica, pandêmica

3 In – Racismo e sexismo na cultura brasileira, 1984.

4 Termo utilizado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe em seu livro – Necropolítica, 2018.

desemprego estrutural, empobrecimento da população, crescimento da pobreza e miséria, adoecimentos de ordem socio-psíquica, e um cenário político protofascistas que impulsiona a conivência social com as expressões das violências, naturalizando-as. A violência contra as mulheres no geral, e a mulher negra em particular, será palco de nossas preocupações neste trabalho.

Portanto, vivenciamos uma conjuntura política que reforça uma ordem calcada no medo, no fantasma do possível suspeito, no ódio ao diferente, promovendo situações de verdadeira barbárie social, apresentadas em números e na análise qualitativa com o crescimento da letalidade policial; da violência urbana; feminicídos; genocídio da juventude e da população negra nos crimes cotidianos de lesbotransfobia nas cidades, periferias urbanas, territórios de populações rurais e tradicionais.

Vivenciamos uma conjuntura política que reforça uma ordem calcada no medo, no fantasma do possível suspeito, no ódio ao diferente, promovendo situações de verdadeira barbárie social.

O presente artigo busca refletir, tendo por base os dados nacionais sobre violência sexista, produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2020), sobre os impactos nas condições de vida das mulheres no contexto da pandemia em razão das medidas de isolamento social como ação preventiva ao Covid-19. Tomando por referência essa expressão fenomênica da violência como indicativo e tendência da estrutura social, assentada numa base material e em suas dimensões ídeo-políticas, no sistema patriarcal, colonial e racista, que tem na violência contra mulheres um dos seus mecanismos de controle, dominação e subjugação aliada aos elementos de classe e racial.

Desta forma, para dialogar com essas dimensões da realidade experienciada pelas mulheres, e agravadas pelo cenário conjuntural da pandemia, recorremos as contribuições teóricas do feminismo materialista, negro e decolonial para analisarmos as dimensões conectas destas expressões na sociedade, de formação multirracial, brasileira.

Nos ancoramos nas contribuições das feministas materialistas e negras por trazerem elementos fundamentais para análise das desigualdades entre homens e mulheres considerando as relações sociais de sexo/gênero e de raça. E que, a partir de uma reflexão crítica, revelam as desigualdades, diferenças, contradições e antagonismos que marcam várias dimensões da vida social, na qual estão envolvidas as mulheres, como sujeito social.

Portanto, nos aproximamos das reflexões apresentadas por Ávila (2018), quando afirma o feminismo como movimento teórico-político, com diversidades de práticas e perspectivas teóricas. E, no campo materialista, este se coloca como questão central,

> [...] justamente a desnaturalização da vida social e de maneira central das relações sociais de sexo, e por decorrência a desnaturalização do que foi hegemonicamente definido na filosofia e nas ciências sociais como um ser ‘mulher’, portadora de um atributo fixo e generalizante constituído de uma essência que emana da própria anatomia e da biologia. (ÁVILA, 2018, p. 182).

E, nestes termos, também desnaturalizar as desigualdades nas suas conexões de classe, raça e gênero/sexualidade, nas suas bases concreta, material, objetiva e subjetiva em que se estruturam. Sustentadas nas relações sociais, e, por conseguinte na divisão sexual e racial do trabalho, em relações historicamente situadas, e marcadas por processos de exploração, dominação, subjugação, que se revelam na vida cotidiana das mulheres.

E, assim, também nos acostamos as reflexões de Sueli Carneiro (2011), quando nos aponta como desafio no campo da luta política e da análise, a articulação das variáveis de raça, classe, gênero, a fim de compreendermos e fortalecermos as alianças no campo da luta das mulheres, e que

> " [...] As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras".(CARNEIRO, 2011, p.1).

É, tomando por base as diversidades e diferenças entre nós mulheres, que apresentamos como ponto de partida a crítica sobre a universalidade da categoria mulher, relevante para os estudos e práticas, que buscam romper com a perspectiva eurocêntrica. Lugones (2014) chama de colonialidade de gênero, as diferenças que estão postas na vida das mulheres, na vivência de desigualdades e discriminações, que advém do racismo e sexismo, assim como apontado, também nas reflexões de Gonzalez (1984).

Essas expressões das relações patriarcais de sexo/gênero (Saffioti, 2004) se articulam e se interconectam no cotidiano de dominação ao qual estão sujeitas às mulheres nos espaços da vida material – produção e reprodução social, no ambiente doméstico e público. É, esta dimensão do controle e do medo como expressões do domínio patriarcal, concretizada na forma da subjugação e violência contra às mulheres que têm múltiplas formas – física, psicológica, social, moral, sexual, patrimonial, obstetrícia – e não se restringe ao espaço da casa, do privado, do doméstico, mas que também se espraiem no espaço público, limitando seu ir e vir.

A violência contra às mulheres é um questão estruturante e verso e reverso da conformação desta sociedade capitalista, patriarcal, colonial e racista, e que mostra sua face mais perversa no contexto de isolamento e distanciamento social.

Por violência contra às mulheres entende-se que esta efetiva-se além das relações conjugais e familiares, por mais que a violência sexista no âmbito doméstico seja uma tendência expressiva das relações patriarcais, do poder do macho e domínio sobre os corpos e vida das mulheres, e sob a qual será o enfoque da abordagem, tendo como referência os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e suas análises nas expressões da violência sexual e doméstica no contexto da pandemia.

As incursões aproximativas com as análises sobre o contexto da violência na pandemia pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), apresentou em linhas gerais que em sendo a maior parte da população brasileira composta por mulheres (51,6%) e 28% destas são de mulheres negras, o fenômeno da violência em suas diferentes formas e expressão tem inflexões na vida das mulheres negras, considerando que as vítimas dessas violências (feminicídio, estupro, agressões físicas e psicológicas) são mulheres pobres e negra, moradoras das periferias urbanas.

E, ainda, que esses dados apontam que no contexto da pandemia, não só se intensificou as desigualdades no âmbito da divisão sexual do trabalho, com as tarefas domésticas e de cuidados, como também colocou essas mulheres, no contexto de isolamento social, na convivência diária com o agressor, expondo-a a situação constante de risco e medo. A violência contra às mulheres é um questão estruturante e verso e reverso da conformação desta sociedade capitalista, patriarcal, colonial e racista, e que mostra sua face mais perversa no contexto de isolamento e distanciamento social, ao qual nos deteremos a seguir.

Desenvolvimento

Reafirmamos as indicações acima de que nos propomos nesta análise a dialogar sobre um tema muito caro na luta feminista, a violência contra às mulheres. É o centro das reflexões e da práxis política do feminismo, destruir as bases que alicerçam o sistema das relações sociais de gênero e raça que atuam no campo da produção material e simbólica estruturadas pelo capitalismo -patriarcado- colonial-racista.

É, portanto, esse sistema que reforça cotidianamente a hierarquia de gênero e raça, e coloca as mulheres negras nas piores condições de vida em termos qualitativos e quantitativos, dado a sua inserção no mundo do trabalho, nas condições de habitabilidade e moradia, na relação afetiva, na sub-representação política. Que em seu conjunto, e numa visão de totalidade e interseccional aponta para, sem hierarquizar discriminações e opressões, que a dimensão racial é um marcador de análise importante para dimensionar seu impacto sobre as relações de gênero, e como esse determina a hierarquia, desigualdades e diferenças, vividas pelas mulheres e entre elas, num contexto de violência social, sexual e doméstica.

E concordando com as análises de Analba Brazão Teixeira (2016), feminista negra, da Articulação de Mulheres Brasileiras, e que é uma referência nos campos de reflexão sobre a violência contra às mulheres, nos apresenta que

> “ A violência é uma das práticas mais antigas utilizadas pelo patriarcado para exercer o poder sobre nós, mulheres. Numa sociedade patriarcal como a nossa, o exercício da autoridade dos homens sobre as mulheres se faz de diversas maneiras visando ao controle dos nossos corpos, da nossa sexualidade, da nossa autonomia e da nossa inserção na sociedade. A violência é um elemento comum utilizado para manutenção desse controle e atinge as mulheres em todo o mundo, cerceando nosso direito de ir e vir, de existência plena da liberdade. É contra esse cerceamento que lutamos quando falamos do enfrentamento à violência contra as mulheres, um problema que atinge direta e perversamente a nós, mulheres, e não somente isso, nos atinge de maneira desigual e diferente”. (TEIXEIRA, 2016, p.17).

É importante destacar que estamos problematizando, analisando as expressões da violência contra as mulheres num contexto atípico em termos da geopolítica nacional, sobretudo em se tratando da produção e transparência de dados que revelem de forma consistente as expressões fenomênicas, municiando a sociedade de informações qualitativas a fim de compreender os reais impactos na vida dos sujeitos sociais a partir das dimensões conexas de classe, raça e gênero. E de forma particular quais as condições de vida das mulheres negras no contexto da pandemia? Como as expressões da violência sexual e doméstica afetam sua dinâmica cotidiana?

Bem, o contexto de isolamento e distanciamento social impostos pela pandemia do COVID-19, alterou as dinâmicas das relações sociais no mundo do trabalho, com a instauração de novas modalidades do trabalho sob o regime das novas tecnologias de informação e comunicação, de forma remota, promovendo um mascaramento das condições de exploração; desvelou no âmbito das relações de gênero as desigualdades na divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados, demonstrando a real sobrecarga no cuidado familiar e as obrigatoriedade do ensino à distância que transferiu a responsabilidade do processo de ensino aprendizagem para a esfera doméstica, leia-se sob a responsabilidade da mãe. E também tornou perverso, na convivência diária com o agressor, e um risco para mulher num contexto de isolamento social, onde os serviços de denúncia, apoio e proteção as mulheres vítimas de violência passaram por uma desinstitucionalização, destituição e/ou atuação na forma remota, on--line.

E, de forma particular, como a violência de gênero no primeiro semestre de 2020 se comportou? O que dizem os dados e como afeta a vida das mulheres, e das mulheres negras particularmente? Quais suas expressões e manifestações no contexto de isolamento social na pandemia?

Como vimos acima, essas alterações também afetaram a dinâmica da violência estrutural, em suas formas de crime organizado, violência e crimes letal contra a vida, crimes contra o patrimônio, violência contra crianças, adolescentes e jovens, e também nas manifestações e formas atualizadas pelo contexto de crise sanitária na violência sexual e doméstica contra mulheres e meninas. E, de forma particular, como a violência de gênero no primeiro semestre de 2020 se comportou? O que dizem os dados e como afeta a vida das mulheres, e das mulheres negras particularmente? Quais suas expressões e manifestações no contexto de isolamento social na pandemia?

Bem, tomamos como referência a sistematização dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ Fórum Brasileiro de

E mesmo com as iniciativas de aplicativos on-line para denúncias, isso se mostrou um limite pelas dificuldades das mulheres pobres, negras de acessarem as condições materiais como celular, pacote de dados e, ainda, ter neste momento uma restrição no atendimento da rede de proteção as mulheres vítimas de violência.

Segurança Pública/FBSP (2020) – no capítulo relativo ao impacto da violência de gênero no contexto da pandemia, baseamos nossas reflexões a partir das conexões entre racismo e sexismo na leitura do real, ao qual estão submetidas as mulheres no contexto de isolamento social, e que acirram as violações e agressões no âmbito do ambiente doméstico. A base de análise - Anuário Brasileiro do FBSP – 1º semestre de 2020 – Violência doméstica e sexual na pandemia, tem sua referência metodológica nos dados das secretarias estaduais de segurança pública e no Monitor da violência – parceria do G1 com Núcleo de Estudos da Violência da USP e FBSP.

Um dos primeiros tópicos apresentados pelo Anuário no item violência contra a mulher durante a pandemia é que há uma queda nos registros nas delegacias em decorrência de violência doméstica em 9,9%, em relação a igual período em 2019. E isso se revela preocupante pelo contexto de distanciamento social, a convivência da vítima com o agressor no ambiente doméstico e a necessidade da mulher, por ocasião da denúncia, comparecer na delegacia. E mesmo com as iniciativas de aplicativos on-line para denúncias, isso se mostrou um limite pelas dificuldades das mulheres pobres, negras de acessarem as condições materiais como celular, pacote de dados e, ainda, ter neste momento uma restrição no atendimento da rede de proteção as mulheres vítimas de violência.

A queda nos percentuais de denúncia em situação de violência doméstica vivida pelas mulheres é uma tendência mundial, sobretudo em países como a Itália e Brasil, como aponta as autoras Amanda Pimentel e Juliana Martins (2020), ao indicar que

> [...]Como a maior parte dos crimes cometidos contra as mulheres no âmbito doméstico exigem a presença da vítima para a instauração de um inquérito, as denúncias começaram a cair na quarentena em função das medidas que exigem o distanciamento social e a maior permanência em casa. Além disso a presença intensa do agressor nos lares constrange a mulher a realizar uma ligação telefônica ou mesmo dirigir-se às autoridades competentes para comunicar o ocorrido". (PIMENTEL & MARTINS, 2020, p.38).

Estou em acordo com as análises das autoras sobre o contexto de diminuição nos registros nas delegacias das agressões decorrentes de violência doméstica, e que no contexto da pandemia só se agravou para as mulheres. E a queda nos registros, não significa redução dos casos de violência doméstica, mas as dificuldades e o medo que as mulheres enfrentam para fazê-lo pela convivência com o agressor. E, também, por ser um contexto em que os serviços atuaram de forma remota, ou pela diminuição no número de servidores e horário de atendimento pela rede de serviços e atendimento as mulheres. É sabido que nos últimos anos, notadamente desde 2016, vivemos um processo de desmantalemento da rede de atendimento e proteção as mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, e que se acenturam nesta conjuntura política tendo nos representantes do estado, governo federal, uma postura em seus pronunciamentos marcado pelo sexismo e misoginia[3].

Em aproximadamente dois anos de um governo de ultradireita, conservador e fundamentalista cristã, avalia-se por meio de suas ações e pronunciamentos, sucessivas atitudes que se colocam contra às mulheres. São ações que incitam a violência, o adestramento dos nossos corpos, a dependência e a infantilização, tratando-nos como não cidadãs, como objeto sexual, o que se afirma pelos discursos misóginos, destituindo as mulheres do seu lugar de sujeito políticos, reforçando preconceitos e estigmas, e o mais grave incentivando a violência contra às mulheres.

---

3 Para maiores informações sobre as atitudes misóginas do governo federal, acessar - https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html. Acesso em outubro/2020.

Destaca-se, também um aumento em 3,8% nas chamadas do 190, nos acionamentos da Polícia Militar (PM) em casos de denúncias de violência doméstica, totalizando 147.379 chamadas. Mas, numa conjuntura de desfinanciamento da política de segurança pública e na política pública para mulheres, com baixo investimento e fortalecimento da rede de proteção e atendimento às vítimas, só as coloca em condição de risco. E, até o primeiro semestre o Ministério da Mulher, Família e DHs, gastou apenas 4,4% do seu orçamento, de um total de 126,4 milhões o que revela desfinanciamento e desmantalemento na rede de proteção e atendimento, a exemplo das Casas da Mulher Brasileira que ofereciam atendimento integrado as mulheres vítimas de violência.

É importante registrar que dos 27 estados da federação brasileira, apenas 12 destes detinham informações disponíveis quanto ao total de ligações registradas sobre a violência doméstica para o 190, levando-nos a inquirir que há uma subnotificação, considerando o contexto da pandemia e o risco das mulheres vítimas desse tipo de violência na convivência com o agressor, em geral seu parceiro. E, também demonstra preocupação quanto a ao registro da violência doméstica em alguns estados, com percentuais acima de 100%, como Rondônia em 132,1%; seguindo de Alagoas com 61,3% e Santa Catarina com um aumento nas ligações acionando a PM em casos de violência doméstica em 11, 4%. Mas, chama atenção os estados que não tem notificado tais registros, como Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo, Sergipe e Distrito Federal. (Ver tabela 12, Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p.36).

Como analisado, os dados de violência doméstica, apontam para uma queda em relação ao mesmo período em 2019. Mas, os casos de violência letal conta as mulheres aumentaram, 0,8% nos casos de homicídio dolosos e 1,9% nos casos de feminicídio, com 648 vítimas. Em 2019 foram 1.326 vítimas de feminicídios, destas 66,6% eram negras; 56,2% tinham entre 20 a 39 anos e foram assassinadas em sua maioria, 89,9% das vítimas, por seus companheiros e ex-companheiros. Demonstrando que em 6 meses tivemos um número expressivo de feminicídios comparando o assassinato de mulheres por seus companheiros ou ex-companheiros, muitos desses casos revelando a faceta de crime cruel contra as mulheres, e o impacto da pandemia na violência de gênero, sobretudo pela diminuição das denúncias e das medidas protetivas.

A violência sexista atinge mulheres e meninas. E os dados do Anuário Brasileiro aponta que houve um crescimento de casos de estupros e de estupros de vulnerável no ano de 2019, 1 estupro a cada 8 minutos, 66.123 vítimas, 85,7% do sexo feminino e 57.9% tiveram como vítimas meninas de até 13 anos. O estupro de vulnerável (considerado como ato ou prática de conjunção carnal ou ato libidinoso com menores de 14 anos), o que demonstra o poder patriarcal no âmbito doméstico, fazendo meninas e mulheres vítimas a cada 8 minutos no Brasil, em caso de estupro, e 1 agressão física a cada 1 minuto, fazendo 266.310 vítimas de lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica.

É importante destacar que mesmo com as subnotificações em razão do contexto da pandemia, e as dificuldades e alguns estados registrarem as ocorrências de agressões decorrentes de violência doméstica, o que nos distancia no campo da análise sobre as reais dimensões desse fenômeno na vida das mulheres, em que pese há um registro oral, a partir da experiência concreta das mulheres em viver num contexto de risco e medo na convivência com o agressor. Há ainda maiores invisibilidades em se tratando da população LGBTQ+, onde há uma subnotificação dos casos de violências. Onde identifica-se, apenas, um aumento de 7.7% no número de registro de agressões, mas só notificados por 11 estados da federação, conforme disponibilizado no Anuário Brasileiro (2020).

Partilhamos da compreensão de que as desigualdades sociais e de sexo se manifestam no cotidiano e nas condições de vida das mulheres. E que essas decorrem de um processo de construção social que reforçam relações desiguais a partir da estruturação, material e ídeopolítica, centrada no poder masculino sobre as mulheres. Mas, também contra a população LGBT+ com um sistema de dominação que explora, oprime, domina e subordina a classe de sexo, as mulheres, ou toda sexualidade dissonante a heteronormatividade imposta pelo patriarcado.

Os dados de violência no contexto da pandemia apontam para o contexto de subnotificações, com uma queda de 9,9% em 2020 das denúncias decorrentes de agressão por violência doméstica.

Mas, também contra a população LGBT+ com um sistema de dominação que explora, oprime, domina e subordina a classe de sexo, as mulheres, ou toda sexualidade dissonante a heteronormatividade imposta pelo patriarcado.

Os dados indicam que os índices de violência contra às mulheres têm classe social e raça e que, portanto, nos insta a seguir por um caminho que articule as expressões fenomênicas com as dimensões interseccionais e com a estruturação da formação sócio-histórica brasileira, de base capitalista, patriarcal-colonial e racista.

Desta forma a intersecção de classe, raça e gênero são, portanto, categorias de dominação pelo seu significado político, culturalmente demarcado pelos processos históricos que definem mecanismos de valorização e hierarquias como parte da afirmação das relações de poder e privilégios. Colocando, sobretudo, as mulheres negras em uma posição de invisibilidade em diferentes campos da vida social.

Por fim, a interseccionalidade impulsiona a compreensão das diferenças e diversidades as quais estão sujeitas as mulheres brancas e negras, e entre as mulheres negras, ao considerar os elementos de desigualdades e diferenças, mas também as particularidades que decorrem da vivência das mulheres histórica, política e culturalmente situadas.

Para uma análise de totalidade acerca das expressões da violência contra as mulheres, afim de refletir sobre as desigualdades e diferenças e o impacto desta violência, considerando o racismo e o sexismo como construção ideológicas de dominação e subjugação, nos ancoramos nas contribuições do feminismo materialista, negro e descolonial, ao compreender o feminismo como movimento e corrente de pensamento teórico-político, amplo e diverso, razão de sua riqueza e renovação como parte da sua práxis política.

E como nos aponta Suely Carneiro (2011), inspirada nas reflexões da feminista negra norte americana, Patrícia Hill Collins de que o pensamento feminista negro seria "[...] um conjunto de experiências e ideias compartilhada por mulheres afro-americanas que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade.. que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres por aquelas que a vivem[..]". (Collins, Apud CARNEIRO, 2011, p.4).

Por nossa condição sócio-política de sermos mulheres e por vivermos num sistema que hierarquiza e domina e subjuga a nossa presença e participação em várias dimensões da vida social, a partir das relações de gênero e racial, aponta em nosso cotidiano para inúmeras experiências de violência sexista. É uma realidade que atravessa classe social, racial, vivência sexual e geracional. E, ao longo da nossa vida vivenciamos situações de violências que pode se

apresentar de diferentes formas, no âmbito público e/ou nos muros da vida doméstica, por diferentes agressores, a maioria deles conhecido da convivência pessoal e familiar, ou um desconhecido que no âmbito da rua exerce seu poder de domínio sobre nossos corpos políticos, muitas vezes dissidentes desse modelo heteropatriarcal-racista.

E como nos aponta a feminista negra Rivane Arantes (2018),

> "Permaneceremos expostas a uma multiplicidade de situações de violência que vê o corpo feminino e negro, o lugar da dominação afetiva e sexual e o lugar do disciplinamento, sendo esse corpo o mais aprisionável num contexto de políticas de criminalização de drogas, do aborto, da maternidade, da sexualidade, do exercício da transcendência e da política, em contrapartida, sendo as que fortemente resistem aos empreendimentos do capital [...]". (ARANTES, 2018, p. 47).

Como podemos analisar os dados revelam o cotidiano de violência das mulheres, e das mulheres negras em particular, como expressões que se espraiem na vida social, no mundo da casa e da rua, de diferentes e múltiplas formas, e com contornos que se reatualizam como parte dos sistema de exploração, dominação e subjugação em que se sustentam o racismo e sexismo do período colonial-escravocrata até em suas expressões contemporâneas, onde a vida, os corpos das mulheres negras foram subjugados, coisificados e impostos pela ideologia do branqueamento, transformando-as em não sujeitos.

E entender essa forma violenta em que se estruturou as hierarquias de gênero e raça, nos permite afirmar que o feminismo negro, com um novo giro epistemológico e em sua práxis política, traz como contribuição a centralidade em nossa análise de articular o eixo do racismo e seus impactos nas relações de gênero. E o real nos apresentou que sobre a vida das mulheres negras pesa a maior incidência das vítimas de feminicídio, mas também são mulheres que vivem em condições de pobreza e miséria, e que nos lares brasileiros chefiados por mulheres negras apontam para um rendimento abaixo da linha da pobreza.

Portanto, seguindo essa trilha teórica não é possível afirmar que a insígnia “ nós mulheres e nossa experiência comum” tenha sustentação por sua pretensa universalidade. Sobretudo, porque o movimento do real já demonstra os limites do binarismo de gênero e o não diálogo com as três dimensões fundamentais (classe, raça e gênero), para compreender a multiplicidade e complexidade das desigualdades, que impactam a vida material (objetiva) e subjetiva das mulheres na vida cotidiana.

A perspectiva da interseccionalidade impulsiona a compreensão das diferenças e diversidades ao qual estão sujeitas as mulheres brancas e negras, e entre as mulheres negras, ao considerar os elementos de desigualdades e diferenças, mas também as particularidades que decorrem da vivência das mulheres histórica, política e culturalmente situadas.

De forma concreta a conexão das dimensões de classe, gênero e raça permite que compreendamos a sua construção histórica, e a partir do desafio da análise interseccional, dar visibilidade as semelhanças e dessimilitudes, que marcam a vida de homens e mulheres, pessoas brancas e negras. E, sobretudo na racialização do gênero deixar explícito as desigualdades e discriminações ao qual estiveram sujeitas em razão da ideologia da branquitude e sexista, as mulheres negras.

Lugones (2014) chama a atenção que o feminismo não é só uma narrativa da opressão vivida pelas mulheres, mas a análise a partir do feminismo nos fornece elementos que permitem que compreendamos situações combinadas de opressão, mas também de resistências das mulheres negras, mulheres de cor.

Desta forma, nos aproximamos das contribuições das feministas negras quanto aportam que o sistema de opressão das mulheres é combinado com racialização, exploração da colonialidade capitalista, e que estas não podem ser desagregadas dos processos subjetivos/intersubjetivos e das formas de poder ao qual estão sujeitas às mulheres colonizadas. E como afirma Lugones (2014) " Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social". (LUGONES, 2014, p.940).

Por fim, mas não por último, analisar nesta conjuntura socio-política as violências de gênero no contexto da pandemia, nos impõe inúmeros desafios no campo teórico-político, sobretudo porque as expressões da violência, como dominação patriarcal-racista, é o silenciamento e o descrédito das denúncias das mulheres, e num cenário de crise sanitária isso vem se revelando em mais um perversidade diante do contexto que nos leva, por questões de prevenção no enfrentamento ao Coronavírus, ao isolamento social. E, por ser o fator medo e as dificuldades de funcionamento das estruturas, serviços e redes de proteção um elemento que contribui para as subnotificações.

É também um contexto de permissividade da violência contra as mulheres e também das desigualdades e diferenças que o impacto da pandemia traz em termos raciais, de classe e gênero, diante de um estado genocida que naturaliza o cenário de letalidade que estamos vivendo em razão da pandemia. E o crescimento da violência sexual e doméstica não pode ser invisibilizado, silenciado, e muito menos seu crescimento não pode ser fator de justificativa para flexibilizar o isolamento social como ação preventiva. Ao contrário, precisamos ter a real dimensão do problema, inclusive enfrentar as subnotificações, para pensar em medidas de enfrentamento social, política, jurídica, assegurando as mulheres as condições necessárias de proteção e vivência, porque denúnciar a violência significa somar na luta de que vida negras importam, e não podemos tolerar nenhuma forma de violência contra as mulheres.

Notas conclusivas

A provocação que os dados sobre violência contra as mulheres nos trouxe, sobretudo no desafios teórico-político e metodológico, dando centralidade a perspectiva interseccional, só revelou o que vivemos e escutamos sobre o cotidiano da vida das mulheres negras, marcado sempre por muitas violações e violências, ambos conectados com a perversidade da construção ideológica do racismo e do sexismo na sociedade brasileira, que como vimos só se intensifica diante de um contexto de necropolítica na ação estatal e da regressividade dos princípios direitos humanos que asseguram o enfrentamento as desigualdades e o respeito as diferenças e diversidades.

O serviço social é uma profissão que tem como materialidade as múltiplas expressões da questão social e uma ação interventiva, mediada por programas e políticas sociais, o que exige da nossa ação profissional o conhecimento e a análise sobre as dimensões do real e suas inflexões na sociedade. Desvelar as manifestações da violência contra a mulher é uma dessas tarefa, identificando e refletindo sobre os reais impactos nas condições de vida destas, considerando as dimensões raciais, de classe e gênero e conectando-as ao processo de formação sociohistórica e multirracial brasileira.

O serviço social é uma profissão que tem como materialidade as múltiplas expressões da questão social e uma ação interventiva, mediada por programas e políticas sociais, o que exige da nossa ação profissional o conhecimento e a análise sobre as dimensões do real e suas inflexões na sociedade.

Por isso, é um desafio para nossa formação profissional ampliar nossas referências, a partir de uma perspectiva da teoria crítica, incorporando no conjunto das referências teórico-políticas as contribuições das mulheres de cor, feministas materialistas, negras, decolonais para ampliar as análises do processo de formação sócio-histórica brasileira, que tem por base a constituição violenta colonial e escravocrata que sedimentaram os alicerces do capitalismo, racismo e do sexismo como sistemas de exploração, dominação e subjugação.

Bibliografia

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, ano 14, 2020. https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. Acesso em outubro/2020.

ARANTES, Rivane Fabiana de Melo. Meditações sobre feminismos, relações raciais e lutas antirracistas.Recife: SOS CORPO (Série Formação Política), 2018.

ÁVILA, Maria Betânia. Nas veredas do feminismo materialista. In: Ávila, Maria Betânia & Ferreira, Verônica (Org.). Teorias em movimento: reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul (AFM). Recife: SOS Corpo, 2018, p.177-209.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras Falas: Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese/Programa de Pós-graduação Interdisciplinar, UFBA, 2012, p. 15-142.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero. São Paulo, 2011. Disponível: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/. Acesso dez/2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In:Revista Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, 1984, p. 223-244. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso outubro/2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3):320, setembro-dezembro/2014, p. 935- 952.

PIMENTEL, Amanda & MARTINS, Juliana. O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020, p. 38-42.

SAFFIOTI, Heleieth. Conceituando o gênero. In: Gênero e Educação. Coordenadora Especial da Mulher/ Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Prefeitura de São Paulo, 2004, p. 53- 60.

TEIXEIRA, Analba Brazão. Violência contra as mulheres. Recife: SOS CORPO (Série Formação Política), 2016.